

SESSÕES DO PLENÁRIO

38ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de abril de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputado(as): Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Bobô, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Zé Raimundo Fontes e Zó. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Ludmilla Fiscina comunicando que, devido ao cumprimento de agenda parlamentar externa, esteve ausente na Sessão do dia 19/04/2023.

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar em Jequié, esteve ausente na Sessão do dia 17/04/2023.

Do Deputado Cafú Barreto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 11, 12 e 13/04/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, presidente.

Boa tarde, amigos e amigas da Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas. O que me traz a esta tribuna hoje é o requerimento que foi feito no início do mês por esta Bancada da Oposição, que foi o requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito, em face de ações do Movimento Sem Terra na Bahia. Quero fazer aqui alguns importantes esclarecimentos. Essa CPI que, com certeza, será instalada por esta Casa, nada tem a ver com matérias de âmbito federal. A reforma agrária, sim, é uma pauta importante, a gente sabe da competência legislativa do Congresso Nacional para tratar do tema.

O que nós iremos nos ater, aqui na Assembleia Legislativa, é à investigação e ao aprofundamento do que está acontecendo na Bahia, do que aconteceu muito na Bahia, agora, recentemente, no mês de abril, o chamado Abril Vermelho, que o Movimento Sem Terra faz por todo o Brasil. Nada mais é do que chamar atenção para a causa deles: a reforma agrária. Mas, do nosso ponto de vista, do ponto de vista de boa parte desta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, essa defesa deles é feita de forma equivocada. Invadir terras, não respeitar a propriedade privada assegurada em lei, em Constituição Federal, na Carta de 1988, não é um ato civilizatório. Isso é balbúrdia! Isso é esculhambação! E o presidente da República, hoje, dita como sua principal viagem internacional deste ano a sua ida à China e leva na sua comitiva o presidente honorário do MST. Que imagem do Brasil o presidente da República quer passar para o mundo?

O marco civilizatório que rege a conduta da sociedade defende a propriedade privada. Vejam o que foi feito aqui na Bahia e em outros estados da federação: invasão de sedes do Incra, invasão da Embrapa. Embrapa, amigos, esse órgão federal que revolucionou a agricultura no nosso país!

Cabe aqui o nosso veemente protesto e a defesa de que essa comissão parlamentar será, sim, a favor da propriedade privada; sim, a favor do agronegócio que vem impulsionando o Brasil, ano após ano, haja vista a crescente desindustrialização do nosso país. Dizemos sim à segurança no campo! Dizer sim e dizer que essa CPI que, com fé em Deus, será instalada nesta Casa será em prol da segurança pública, que é, sim, uma responsabilidade do governo do estado. Fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito plural, com membros do Partido dos Trabalhadores, do União Brasil, do Partido Liberal e, por que não, do Psol? De todos os partidos que se fazem representar nesta Casa.

Cabe aqui o nosso protesto porque esse movimento do Abril Vermelho é contrário à letra da lei, é um movimento ilegal, é injusto com empresas e com fazendeiros consolidados que dão o seu melhor para o Brasil e para a Bahia serem esculhambados – me perdoe, Sr. Presidente – e ser rasgada a letra da lei da Constituição. Se eles querem defender a reforma agrária, que é uma coisa justa e

prevista na Carta de 88, que sigam as regras! Que usem os seus deputados estaduais e federais; que interajam com os órgãos que são responsáveis para esse fim. E não vão invadindo qualquer tipo de propriedade, seja pública, que foi o caso da Embrapa e de sedes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Incra, seja privada, em empresas que só trazem retornos positivos para o país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de chamar o deputado Hilton como o próximo orador inscrito, eu queria dizer, mais uma vez, a esta Casa, o que já externei de público e externarei mais uma vez: este presidente é a favor da lei. Sou totalmente contra, deputado Luciano, a barbárie e contra esses movimentos que invadem terras, fazendas produtivas. Sou a favor da reforma agrária, que eu acredito que todos são, desde que se obedeça a todo o processo legal, com a desapropriação justa de terras improdutivas.

Amanhã mesmo haverá um movimento aqui nesta Casa, da frente desses produtores, não é isso? E eu estarei lá, dando apoio, como estive também, na semana passada, quando estive, ordeiramente, o pessoal do MST. Aqui é a Casa do Povo, qualquer um pode trazer a sua mensagem, protestar, desde que seja de forma ordeira, democrática.

Então, este presidente... E eu estou estranhando, é claro que eu também achei um absurdo o presidente Lula levar o incendiário, o Stédile, para a China, eu pensei que ele ia deixá-lo lá, mas o trouxe de volta. Porque aí ele dá uma demonstração de que apoia essa barbárie e, ao mesmo tempo, eu vi declarações do ministro de Lula, o Padilha, ministro de gabinete, dizendo que é contra as invasões de terras. Vi vários deputados também elogiando a postura do governador Jerônimo que, ao contrário de outras épocas, tem dado a reintegração de posse de forma imediata. Pelo menos é isso que eu tenho conhecimento.

Então, mais uma vez, em relação à CPI, deputado Luciano, nós temos aqui o departamento jurídico, a Procuradoria, e este presidente vai se pautar na lei. Temos diversos advogados experimentados, já estive com o procurador hoje e lhe pedi agilidade no parecer. Na quarta-feira, acredito, no máximo, ele nos dará o parecer. E o parecer que for dado vai ser seguido, porque este presidente quer seguir a lei. E digo, mais uma vez, que comungo totalmente com o discurso de V. Ex.^a, isso não pode acontecer no nosso país. E é claro que o presidente Lula, que é o presidente do Brasil, é o culpado, se deixar isso acontecer, porque está estimulando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente, queria registrar aqui a presença do advogado e ativista social em direitos humanos, companheiro Eudes, dirigente do Psol. Muito orgulho, Eudes, de fazer parte do mesmo partido com você.

Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar sobre essa polêmica. Ela, de fato, tem ocupado esta tribuna por diversos deputados, e nós queremos dizer que a

Constituição de 88, em relação à questão agrária, tem um perfil, de fato, progressista, não como deveria, mas o que o MST tem feito na Bahia e no Brasil, o chamado Abril Vermelho, nada mais é do que o que está previsto na lei. A lei diz que terra improdutiva não pode continuar dessa forma, a terra precisa ter uma função social. E o que o MST faz, qualquer pessoa que tem um mínimo de boa vontade para entender as manifestações que têm sido feitas pelos trabalhadores sem-terra deste Brasil, vai perceber que o foco do movimento são as terras improdutivas.

Aqui, nessa semana, algumas ocupações – que não são invasões – foram todas feitas em terras improdutivas. É óbvio. E não falta terra improdutiva neste estado controlado pelo grande latifúndio. Foi por isso que nós demos entrada aqui e eu queria contar com apoio do presidente e dos demais deputados, porque essa questão precisa ser esclarecida. Nós demos entrada na proposta da CPI da grilagem das terras públicas pelo grande latifúndio. Este é o grande fenômeno criminoso que existe na Bahia: a usurpação de terras públicas por parte de grandes latifundiários, terras devolutas que deveriam estar sendo utilizadas pela reforma agrária Brasil afora e, aqui na Bahia, são grande parte do território. Aliás, já foi comprovado que mais de 70% das terras do grande latifúndio, deputado Pablo, são terras oriundas de uma condição de terras devolutas, ou seja, terra pública que, como eu disse, deveria fazer parte da reforma agrária.

Por isso, eu acho que os deputados têm de ter a coragem de assinar essa CPI. Essa é a verdadeira CPI do problema fundiário na Bahia, e não a criminalização do MST. Todo o apoio, deputada Olívia, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, à reforma agrária e a tudo que o MST já provocou neste país, no sentido de induzir que o Brasil resolva essa que talvez seja a maior questão social e econômica do nosso país. Sem reforma agrária não existe nenhuma possibilidade de revertermos esse quadro de profunda desigualdade do país.

Sr. Presidente, não poderia deixar de marcar que, na próxima quarta-feira, nós vamos ter um dia nacional em defesa da educação, com a pauta do piso. E dizer que o governador Jerônimo deve mandar para esta Casa – sinalizou que faria rapidamente, mas não mandou – a lei do piso, para respeitar a legislação nacional que garante o mínimo de dignidade para essa categoria que é estratégica, não na minha ou na compreensão de qualquer deputado aqui, mas na compreensão do povo brasileiro.

O piso nacional da educação foi definido a partir da ideia de que nós precisaríamos ter um mínimo de valorização dos profissionais da educação e isso, infelizmente, não está sendo feito na Bahia. Vários segmentos são excluídos, hoje, dos reajustes do piso, mesmo os da ativa, os aposentados, pensionistas, os trabalhadores do Reda e, por fim, nos municípios também. Então, é um grande dia para nós afirmarmos o que a população brasileira quer: prioridade, de fato, para a educação, para que a gente mude os rumos do Brasil.

E, por fim, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me pronunciar aqui em relação ao que aconteceu nesta tribuna. Infelizmente, eu não pude me contrapor. O líder do Governo ocupou os microfones desta Casa para falar um conjunto de inverdades sobre a audiência pública que nós realizamos na semana passada. A primeira delas foi

que a audiência não foi uma audiência democrática. Eu quero dizer que mais de 50 pessoas, entre elas deputados, mas não só deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) membros da Mesa e pessoas do público que vieram, inclusive, da região, e mais de 50 inscrições foram garantidas. Nós tivemos inscrições livres para que as pessoas se pronunciassem sobre o tema de Boipeba e nenhuma delas conseguiu se contrapor às teses que foram apresentadas, especialmente, pelo Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública e por um conjunto de pesquisadores...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que sabem do que falam, ao contrário do que o deputado falou aqui, tentando desqualificar nossas universidades, dizendo que as pessoas que estavam falando, lá, falavam sem conhecimento de causa. Ora, nós vivemos tanto tempo aqui batendo, não é? Vimos esse deputado que se diz de esquerda falar contra a desqualificação da ciência, contra a política bolsonarista de dizer que a ciência não valia nada. E as universidades vêm fazendo uma leitura sobre a situação fundiária, ali na região de Boipeba, e não vale nada para o deputado, são pessoas que não sabem o que estão falando. E tentar constranger, inclusive, o próprio Ministério Público e a Defensoria Pública, para nós, foi inconcebível.

A Defensoria Pública tem lado, sim, porque a Defensoria realizou uma atividade anterior na região e nos convidou, e a afirmação do deputado é de que a Defensoria estava sendo parcial. É claro que a Defensoria é parcial! Ela é feita para defender aqueles setores mais vulneráveis da sociedade. Ela precisa, sim, falar em nome das comunidades tradicionais. E foi isso que foi pautado.

E uma realidade – para concluir, Sr. Presidente – que...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) ninguém conseguiu, negar naquela audiência pública, e não conseguirá negar, é que todos os elementos levam à conclusão de que aquele território é de propriedade da União e a proposta é uma proposta de grilagem do território. Essa é a tese principal do Ministério Público Federal, Dr...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) Dr. Ramiro fez essa defesa de maneira brilhante, com base em estudos que o deputado, líder do Governo, tenta negar.

Então, nós queremos aqui reafirmar a importância da audiência pública, porque ela foi democrática. E esse absurdo promovido pelo Inema vai ser revertido em benefício das comunidades tradicionais.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, como presidente, não é comum eu estar me pronunciando, mas há certas coisas que eu estou ouvindo aqui, deputado Robinho, que eu vou quebrar um pouco da tradição e, às vezes, eu vou fazer um pequeno parêntese.

Deputado Hilton, com todo respeito que eu tenho a V. Ex.^a e a todos que defendem a não instalação, até porque nós estamos num regime democrático. É claro – eu tenho certeza – que ninguém, em sã consciência, é favorável à agressão ao meio

ambiente, à derrubada das florestas, a que se tomem uma ilha inteira, segundo se fala, porque eu não conheço o projeto, deputado Tiago. Agora, eu vejo por parte de alguns, com todo respeito, um pensamento tupiniquim, deputado Pablo. É por isso que esse país não vai a lugar algum.

Há pouco tempo, a gente viu o Grupo Hilton, que é um dos maiores do mundo, querer instalar um hotel cinco estrelas, ali, ao lado do Mercado Modelo. Os casarões, Robinho, já caíram todos, quer dizer, só tem as paredes escoradas, numa cidade como Salvador. Aquele antigo casarão, que é o dos azulejos, do antigo Paes Mendonça, não caiu porque o prefeito ACM Neto – não é porque é adversário que eu deixo de reconhecer – deu uma grande destinação e hoje é o museu da música, salvo engano, senão já estava no chão, já tinha matado gente, porque só tem as paredes.

Mas exigiram tantas bobagens que o grupo foi para outro estado, outro país, não tem hotel nenhum, lá. É o que eu vejo na cidade, deputada Fabíola, isso não é normal! É claro que tem de ter todas as exigências, eu não conheço o grupo, não sou representante de grupo, como acredito que aqui ninguém é. Nós somos favoráveis, eu pelo menos sou favorável, ao desenvolvimento, a gerar emprego onde nós não temos, que é assim que a gente vê em outros países, em outras cidades.

Olha a situação da nossa capital, uma capital como Salvador! O Hotel Méridien está fechado há muito tempo, não sei qual vai ser a destinação; o Hotel Salvador, Robinho, já virou prédio residencial; o Othon, já estão quase para derrubar para fazer prédio residencial. Uma capital de quase quatro milhões de habitantes onde não se faz um hotel. Olha a pobreza que nós estamos vivendo!

Quem é o grupo que vem para cá? O Vila Galé ia lá para o Sul, mas disse que onde ele ia se instalar, parece-me, era alguma coisa de índio. Não sou... Eu aprovo tudo para manter os povos originários, não sou favorável a que se destrua nada. Que se mantenha, agora, eu sou favorável ao que acontece em outros países. A gente vê em Praga, uma das cidades mais visitadas do mundo, nós temos, lá, igrejas de séculos e construções modernas coladas. O Brasil não pega nada de exemplo, deputado Robinho?

Então, um empreendimento desse que não seja feito... Eu não conheço o projeto, estou falando aqui porque eu vejo alguma coisa na imprensa. Agora, como é proibido levar um hotel que vai atrair turistas, que vai atrair renda para uma ilha daquele tamanho? Repito, não conheço o projeto, se vão tomar a ilha toda – que eu acredito que não – mas é melhor ser discutido. Nós vamos ficar desse jeito? Cada dia andando para trás como caranguejo? Essa situação é triste.

Então, desculpem-me por, como presidente, estar fazendo uso da palavra. Mas eu não posso estar aqui sempre ouvindo uma coisa da qual discordo totalmente e ficar calado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos os colegas aqui presentes. Cumprimento o presidente Adolfo que conduz esta sessão. Cumprimento a imprensa também e todos que aqui estão acompanhando.

Bem, hoje é um dia importante para reforçarmos o nosso pedido, nosso requerimento para instalação da CPI. Ora, tivemos, nesses últimos dias, mais invasões – invasões, sim, invasões criminosas – que desrespeitam, inclusive, a nossa lei e a nossa Constituição.

Vale ressaltar, vamos colocar em destaque, que a discussão aqui não se trata de reforma agrária, estamos falando de invasões criminosas. Uma coisa são as invasões, outra coisa é a reforma agrária, vale destacar. E aqui nós temos, sim, o impacto dessas invasões que reverbera em segurança pública, em questões sociais e econômicas que são de interesse desta Casa, que são de interesse do Estado e deveriam ser de interesse do governo do estado.

Estamos falando de condutas que, obviamente, são condutas ilícitas e que vêm prejudicando o nosso estado. E, claro, estamos vendo aí, observando famílias, produtores sendo ameaçados, sendo acuados, muitas vezes, em invasões violentas que acontecem com a utilização, inclusive, de armas de fogo, causando verdadeiramente um terror no campo.

Mas, muito mais do que isso, aqueles que se dizem defensores das minorias, vão lá ver o que acontece dentro dos acampamentos. Vejam os testemunhos das famílias que são ali massacradas, escravizadas, ameaçadas, inclusive, para trabalhar de graça, numa espécie de coletivização forçada do trabalho. Para quê? Para alimentar os líderes.

Por que não vêm aqui em cima para defender essas famílias que estão ali dentro do movimento escravizadas, massacradas, ameaçadas? Não! Vêm só com aquele discursinho feito, aquela mesma coisa que não convencem mais ninguém, ninguém mais quer ouvir essa baboseira de sempre, quando está escancarado o que está aí, que o movimento do MST e seus líderes são criminosos, usam táticas de guerrilha, armados! Inclusive, usam movimentos criminosos nas regiões, se envolvendo com traficantes das regiões para impor ainda mais a violência contra trabalhadores.

É o que nós temos: o medo. O medo de quem fala contra essa CPI é porque aqui nós vamos escancarar a verdade. Quem está por trás desse movimento? Quem incentiva? Quem financia? Quais são os executores diretos e indiretos? Quem são os autores intelectuais? Quem está por trás desse terror no campo que prejudica o nosso povo?

Somos contra? Leandro de Jesus é contra a reforma agrária? Não, não sou. Tem de ter reforma agrária, é importante! Inclusive, mais uma vez, lembrando: qual foi o presidente que mais entregou títulos de terra a aqueles que estavam aguardando? Coisa que o PT não fez com Lula e Dilma, Temer não fez, FHC não fez. Quem foi que entregou mais títulos de terra, inclusive, priorizando e favorecendo as mulheres? Quem? Por que não chega aqui, não sobe e fala? Jair Messias Bolsonaro.

É só fazer o certo, o correto. É o que nós queremos. Vamos fazer aqui o comparativo entre quem quer terra e quem quer emprego. Para aqueles que querem emprego, por acaso, existe a justificativa de começar a assaltar, por exemplo, para forçar o alcance do emprego? Obviamente, não, porque assaltar é crime.

Da mesma forma, nós não podemos normalizar invasões criminosas realizadas com o pretexto de alcançar a terra, o título da terra, a reforma agrária, isso não combina

com democracia, isso não combina com legalidade, isso não combina com Constituição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) Portanto, nós não podemos, não devemos normalizar a prática de crimes, de terrorismo, em hipótese alguma. Então, eu solicito a esta Casa e eu tenho certeza de que esta CPI será instalada, nós vamos em busca da verdade para que possamos alcançar, sim, a paz no campo, a paz para os produtores.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, imprensa, galerias, eu queria falar hoje de uma cidade representativa, polo da região do Médio Sudoeste, que é a cidade de Itapetinga, uma cidade que, como eu disse, é polo de uma região. É uma região que merece, há muito tempo, a construção de um hospital regional, um hospital regional que possa atender do procedimento mais simples ao de alta complexidade.

É uma região importante, polo da pecuária do nosso estado e que precisa, sim, desse hospital regional, e eu queria pedir a sensibilidade do governo do estado, a sensibilidade do governador, que esteve lá durante a campanha eleitoral e prometeu esse hospital regional. Não é só uma necessidade, é também uma questão de justiça porque aquela região precisa do atendimento do estado na área da saúde.

A saúde, no município, na região, passou por uma situação delicada. Na última semana, o Hospital Cristo Redentor, que é o único hospital do município de Itapetinga e atende toda uma região, ele teve fechado o seu PA, o seu pronto atendimento, a sua emergência. Foi fechada pela Fundação José Silveira, que controla esse hospital, e foi fechada de uma forma abrupta.

O contrato já estava vencido, o Ministério Público chamou as duas partes, a parte da prefeitura e a parte da fundação, para chegarem a um consenso, foi pedido que a prefeitura apresentasse uma proposta, a prefeitura, no outro dia, apresentou a proposta, a fundação não deu resposta, e, no outro dia, em pleno final de semana, em um dia de sábado, o que a gente viu foi a fundação colocar tapumes fechando o hospital, criando caos, criando pânico na população.

A prefeitura acionou a Justiça, e a Justiça deu a liminar obrigando a fundação a retomar o atendimento de emergência na cidade. O que a gente queria era isso, uma transição para que a população não sofresse com a falta de assistência médica.

Quero aqui parabenizar o prefeito, que, juntamente com sua equipe, com toda dedicação, colocou imediatamente, no fechamento do hospital, a sua UPA com mais médicos, dobrou a capacidade de atendimento, mostrando a sua preocupação.

Eu queria, agora, pedir ao governo do estado que seja parceiro da saúde da região, o prefeito fez a requisição administrativa do Hospital Monte Moriah, e o estado poderia entrar, sim, com a doação de equipamentos para ajudar a saúde da região.

A prefeitura também está à disposição para conversar com o estado e fortalecer a saúde da região, porque lá, como eu disse, é um polo importante que precisa, sim, da força de todos para que seja oferecida uma saúde de qualidade à população do Médio Sudoeste.

Queria falar também dos discursos dos oradores que me antecederam. Dizer que eu sou a favor da CPI do MST, mais do que nunca necessária, deputado Leandro, depois do que a gente viu no último final de semana, com as invasões, com a continuação das invasões, com eles invadindo propriedades privadas e indo de encontro à lei. E isso... isso é função do estado. Como foi dito aqui pelo deputado Luciano Simões, isso é questão de segurança pública, de proteção do direito do cidadão, de proteção da iniciativa privada, de proteção de quem tem as suas propriedades.

Eu tenho a certeza absoluta de que a gente vai poder, sim, instalar essa CPI, para que a gente possa debater sobre esse assunto que, infelizmente, tem causado pânico, causado sérias dificuldades ao nosso estado, que são essas invasões criminosas de terras.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Zé Raimundo Fontes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido, para usar o tempo de 5 minutos, o nobre deputado Niltinho. (Silêncio)

Não se encontra. Convido o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, saudar todos da imprensa e todos que nos assistem das galerias. Sr. Presidente, é muito triste a gente ver a tragédia que está acontecendo no Sul do estado, no Extremo Sul, as chuvas, deputado Robinho, vêm castigando aquela região.

É lamentável que o governo do estado, por mais que utilize as redes sociais, que utilize a imprensa para poder mostrar que está próximo, não traga uma ação concreta para ajudar, de forma imediata, essas famílias que estão sendo atingidas pelas fortes chuvas.

Já protocolei, deputado Pablo, uma indicação para que seja criado um fundo específico para tragédias decorrentes de enchentes, de grandes estiagens, e ela precisa andar, essa indicação precisa ser analisada pela comissão de Orçamento desta Casa. Que seja olhada com carinho pela parte do Governo porque seria um fundo capaz de resolver, de forma imediata, esses grandes problemas.

Muitas pessoas estão desalojadas, desabrigadas, muitas cidades estão com as passagens, com as estradas interditadas, isso causa um grande transtorno para aquela região, deputado Hilton, bem como para as pessoas que dependem delas para trafegar e ir ao hospital. A gente vê que muitos lugares já estão sem aula porque as estradas estão cortadas.

É lamentável que a gente veja muita politicagem, muita gente querendo aparecer com o sofrimento das pessoas, nós queremos cobrar, sim, ação concreta. Nós precisamos de investimentos, de políticas públicas que resolvam esses problemas, não de políticos que querem aparecer em cima do sofrimento que tantas pessoas passam.

Eu gostaria também, neste momento, deputado Jurailton, de parabenizar o bispo Bruno Leonardo por promover um grande evento na Arena Fonte Nova. O nosso povo, neste momento, precisa realmente de orações porque tanta coisa acontece nas escolas hoje. As crianças... Nós, que somos pais de família, ficamos com medo de mandar os nossos filhos para as escolas e precisamos realmente estar com Deus próximo, deputa Fabíola. Quero parabenizar o grande evento promovido pela Igreja Avivamento, por meio do pastor Bruno Leonardo, que o realizou ontem na Arena Fonte Nova.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido para usar a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, a nobre e querida deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para saudar a APLB Sindicato, que completa 71 anos de luta em defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, a APLB que sempre teve esta marca da defesa dos direitos das professoras, dos professores e dos funcionários das escolas da rede estadual e municipal de ensino e que, nessas 7 décadas, prestou um grande serviço à valorização da educação na Bahia e no Brasil.

Nós não podemos pensar no Fundeb sem pensar na contribuição da APLB para a luta em defesa desse fundo; nós não podemos pensar na conquista do piso salarial das professoras e professores sem pensar na contribuição da APLB Sindicato.

Nesse sentido, eu quero destacar figuras também importantíssimas que passaram pela presidência, que se destacaram na direção desse sindicato que é tão importante para a luta pelo ensino e pela aprendizagem na nossa Bahia, a exemplo da ex-deputada desta Casa Maria José Rocha.

Quando eu ainda era militante, deputado Zé Raimundo, eu era militante do movimento estudantil, presidente do DA de Pedagogia da Ufba, eu me encantava ao ouvir as falas de Maria José Rocha, ver a propriedade com que ela falava de educação. Fizemos, inclusive, o debate da LDB em 1996, também na Faculdade de Educação, contando com a participação de Maria José Rocha. E eu não poderia deixar de fazer esse destaque de uma figura que é tão emblemática, tão marcante na história da APLB Sindicato, uma grande mulher que sempre se dedicou à defesa de um projeto de educação pública, gratuita e de qualidade neste país.

Quero destacar ainda o atual presidente da Bahiagás, Luiz Gavazza, que também foi dirigente da APLB Sindicato e deu uma contribuição muito grande, muito importante, enquanto educador, para a história de luta, de resistência em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, repito.

Quero também destacar Marinalva Nunes, que passou pela direção da APLB, enfim, diversos nomes que honraram, com suas presenças, suas contribuições, a história da APLB Sindicato, que hoje segue aí firme sob o comando de Rui Oliveira. Mando aqui também um abraço para Rui, para Marilene, para Elza, enfim, para todos os diretores e diretoras, para Olivia Mendes, as diretorias, também para as sessões regionais da APLB, que tanto contribuem para a luta cotidiana em defesa da instituição.

Fica aqui, portanto, o nosso registro, a dedicação, o desejo de longa vida a este sindicato, que muitas vitórias sejam acumuladas também daqui para frente.

Eu quero fechar, passar, para finalizar, o pouco tempo de fala que me resta, presidente, fazendo aqui a defesa absolutamente necessária, serena, mas ao mesmo tempo firme, do MST. O Movimento Sem Terra não pode ser criminalizado, não pode ser demonizado, há uma estratégia de demonização dos sem-terra, de criminalização. Vão criminalizar para justificar, neste país, os assassinatos de tantas lideranças do Movimento Sem Terra, de pretos, indígenas, populares que acontecem no campo.

Essa história de dizer que o agronegócio é pop, é tech... É nada! É preciso tocar o dedo nessa ferida. Nós não podemos fazer uma divinização do agronegócio e uma demonização dos sem-terra. O agronegócio tem muitos problemas, utiliza-se muito de trabalho escravo ainda hoje, o que é uma grande vergonha.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Nós temos que lembrar que quem bota a comida na mesa são os pequenos e os médios empreendimentos da agricultura familiar, deputado Hilton, empreendimentos de agroecologia, que estão preocupados com o meio ambiente e não apenas com a acumulação de terras. Ficar aqui com discursinho de que o agronegócio é o cidadão de bem, o que tem a propriedade legítima da terra, esquecendo...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, nobre deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Para concluir, com a sua tolerância, 1 minutinho, menos de 1 minuto.

(...) Só quero dizer, lembrar, que muitos dos que estão no agronegócio com suas fortunas acumuladas as acumularam ocupando terra pública, inclusive, neste país, sem pagar água, sem pagar por aquelas terras em que suas fazendas estão assentadas...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) Aí depois que se apropriam ficam aí demonizando e criminalizando o MST. Se é para ter esse debate, vamos ter de maneira justa e honesta, sem mentiras nesta tribuna...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Olívia.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu passo a palavra ao Dr. Diego pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento a Casa, a imprensa presente, as galerias, com visitas ilustres aqui na Casa.

Presidente, acabamos de ouvir aqui a deputada atacar o setor que mais contribui para a economia da Bahia, o setor que bota a comida na mesa de cada cidadão, que é o agronegócio. Aproximadamente 25% do nosso PIB sai do agro.

Quando o estado quebrou, com a loucura do “fecha tudo”, do “fique em casa”, com a ideia do governo estadual, que aderiu àquele “movimentozinho” hipócrita de que “a economia a gente vê depois”, quem segurou as contas, inclusive para pagar a boa farra de certos setores, foi o agronegócio com a sua pujança na produção.

E aí a gente tem que ouvir uma re... uma que se diz representante do povo, aliada a outro, atacar esse setor, me faça uma garapa, presidente! Essa gente está precisando voltar aos livros da verdadeira história do Brasil e entender o passado, o presente e o futuro.

Então, presidente, aproveito a oportunidade... A deputada saiu porque não gosta de ouvir a verdade, a verdade dói e os incomoda. São bons para falar, mas péssimos para ouvir! Volta aqui, deputada, a senhora está precisando ouvir isso aqui! Não se esconda aí atrás das portas, se sujeite a ouvir a verdade, porque a verdade dói e tortura a esquerda. Essa é uma realidade!

Então, presidente, aproveito a deixa para reforçar que temos que avançar para instaurar a CPI das invasões de terra porque quem invade terra, quem quer tomar, à força, a propriedade, é criminoso, não tem outra desculpa, não tem outro pretexto.

Eles falam tanto em função social da propriedade, mas esquecem que o legítimo direito de uso e posse da propriedade é o direito fundamental que está na Constituição, no art. 5º, um artigo tão exaltado, tão enaltecido por esses quando serve a eles, quando é para esclarecer a verdade, eles o botam debaixo da sola do sapato.

Como a Bancada da Oposição, que subiu nesta tribuna, reforço aqui, presidente, que está na hora de esta Casa dar um passo a mais, mostrar para o Brasil que não está conivente com esses atos de banditismo, porque esta é a palavra, são atos de “usurpação”, de “invasão”, de “ferimento” de um direito sagrado e legítimo que é o da propriedade, um direito fundamental, um direito natural que independe de ser positivado para ser conhecido como tal.

Está na hora de esta Casa dar o exemplo instaurando a CPI, investigando quem é que está por trás disso e qual é a verdadeira intenção, que a gente já sabe, para pegar os alçózes da propriedade, da liberdade econômica, do desenvolvimento, que perambularam anos e anos e continuam perambulando atrás de reforma agrária, mas querem fazer o quê? Reduto político, tomando terra dos outros, o que é pior.

Esta Casa não pode ter os olhos fechados para isso! Temos que avançar, é obrigação nossa enquanto representantes do povo. E eu peço, encarecidamente, inclusive às instâncias jurídicas que estão envolvidas nessa questão, que olhem a situação como uma matéria de segurança pública, que é dever do estado, como está lá na Constituição, e não de reforma agrária. Porque esse argumento fajuto é para tangenciar o fundamento legal para instauração da CPI. Então, fica aqui o meu registro.

Para finalizar, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passo...

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Passa não, que eu não terminei, presidente, só um instante.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ah! não? Desculpe-me.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Para finalizar, com todo o respeito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Quando a gente acha que o PT já fez de tudo, ele consegue se superar. Propõe o “IPVA”, entre aspas, para armas de fogo, ou seja, argumenta que arma é

propriedade, uma matéria... essa aberração em estados federais, argumenta que arma é propriedade e que, assim como diversas propriedades, tem que ter um imposto específico, o qual eles deram o nome, eu acho, de Ipaf...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) salvo engano, com alíquota de 20%. Esse é o PT que quer contribuir para a segurança pública, dificultando o acesso às armas e contribuindo mais para o banho de sangue no qual ele, sim, tem as digitais, com as suas mãos vermelhas manchadas neste estado da Bahia e em todo o Brasil porque, onde eles governaram, o resultado não é outro. É a carnificina geral em todos os cantos.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora, sim, com muito prazer, passo a palavra à nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, nobre deputado professor Zé Raimundo, deputados, membros das galerias, tivemos, na última semana, muitas ameaças de ações de insegurança nas escolas, e nós estamos aqui para parabenizar a ação do nosso governador Jerônimo, da secretária Adélia, do secretário Marcelo Werner, da comunidade escolar, para a criação do Cise (Comitê Estadual Intersectorial de Segurança nas Escolas e nos Espaços Educacionais da Bahia).

Esse é um comitê, presidido pela secretária Adélia, que se reunirá mensalmente com o intuito de dialogar sobre ações, sobre aprendizados e instruções para evitar, efetivamente, essas situações que ameaçam as nossas escolas no país inteiro, e não apenas propor ações transversais de saúde escolar, como é o caso da atenção psicoemocional, que pautará, nos núcleos territoriais, a formação em mais cultura e arte, aprendizagem, mobilização e engajamento.

O Cise é composto pela secretaria de Educação, secretaria de Segurança Pública, SJDH (secretaria de Justiça e Direitos Humanos), Casa Civil, Polícia Militar, Coordenação Geral de Políticas de Juventudes, conselho estadual de Educação da Bahia e procuradoria do ministério.

Surpreendentemente, e aqui vai nossa crítica, deputada Olívia, a Assembleia Legislativa da Bahia, a comissão de Educação, não tem um membro no Cise. Estamos, aqui, fazendo essa solicitação para que esse importante comitê, num momento em que se discute a segurança nas escolas, possa, efetivamente, ser fortalecido com a ação da Assembleia Legislativa.

Quero também parabenizar a secretaria estadual, que lançou um informativo chamado: “Escola é vida”. A escola é um terreno de paz, de diálogo, de aprendizado, de cultura, de arte. Claro, tem que ser promovido com os educadores, com as famílias, com a direção escolar, com os estudantes, um diálogo sobre educação digital, um diálogo sobre como identificar ameaças, um diálogo sobre como combater essas notícias chamadas *fake news* para que a gente possa evitá-las dialogando dentro da comunidade escolar com os estudantes e promover a segurança nas escolas.

Esse informativo está disponível no educação.ba.gov.br, e é importante que todos os deputados desta Casa possam acessá-lo para capilarizar todas as instruções e

orientações que estão lá presentes. É claro, numa situação de grave ameaça, está lá a orientação para o Disque-Denúncia, 181, o 190 e as rondas escolares. Mas é interessante que a gente promova esse diálogo e que a Assembleia Legislativa participe do fortalecimento e da segurança. E se pode confiar que no estado da Bahia essas coisas serão dialogadas, serão evitadas, como foram evitados alguns dos poucos ataques que houve nas escolas baianas.

Mas, Sr. Presidente, falando de CPI e falando de educação, eu queria, aqui, dizer da nossa inconformação com a Coelba Neoenergia. Deputado Alan Sanches, nós temos uma empresa privatizada que, não raro, é campeã em reclamações no Procon. Já tivemos aqui, feita pelo deputado Tum, ex-deputado e atual secretário da Agricultura, a solicitação de uma CPI da Neoenergia Coelba. Hoje, nós temos escolas, presidente, deputado Zé Raimundo, como o colégio estadual de Condeúba, que V. Ex.^a conhece muito bem, uma escola em tempo integral pronta, concluída, com 100% das obras concluídas, e nós não estamos inaugurando a escola que vai beneficiar o povo de Condeúba simplesmente porque a Coelba não liga a energia elétrica.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Assim, nós temos mais de, quase, 50 escolas.

Para não dizer das reclamações sobre residências dos cidadãos e cidadãs. De forma que eu quero voltar a dialogar com esta Casa sobre a possibilidade da instalação de uma CPI para avaliar por que a Coelba, deputado Robinson, não está prestando o serviço à população da Bahia. E quero sugerir que a gente retome esse assunto de colocar, sim, essa CPI.

Quero saudar o prefeito Silvan,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que esteve aqui, o vereador Reginaldo, presidente da Câmara, que, junto com a secretária Adélia, solicitou que a gente imediatamente pautasse a Coelba. Estive com o Dr. Celso, que prometeu apoiar, intermediando esse diálogo. Mas não é possível... E quero, no dia 14 de maio, aniversário de Condeúba, ter o prazer de poder inaugurar uma escola pronta do governo do estado, bastando para isso que a Coelba ligue, ligue a energia elétrica.

Então, Sr. Presidente, fica, aqui, o nosso pleito de dialogar com a Coelba seriamente, mas esta Casa precisa...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

(...) chamar a Coelba para averiguar o porquê de tantas reclamações, o porquê de tanta demora em ligação de energia elétrica, prejudicando a população baiana.

Obrigada por esse tempo extra, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Luciano Simões Filho para usar a palavra. (Silêncio) Não se encontra.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ele antecipou, não foi?, o tempo. Roberto Carlos. (Silêncio) Não se encontra.

Eu convido o deputado Pablo Roberto.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Sr. Presidente, deputadas, deputados, todos que nos acompanham através das nossas redes.

Eu quero, Srs. Deputados, nesta tarde, fazer, aqui, um registro referente à grande Micareta de Feira de Santana, que terminou na manhã de hoje. Essa festa histórica. O maior carnaval fora de época que este país hospeda, eu tenho certeza, é o de Feira de Santana. Uma festa tradicional, importante e que movimenta muito a economia de Feira de Santana e de toda aquela região está completando 86 anos.

Então, eu quero fazer esse agradecimento ao prefeito Colbert Martins, ao secretário de Cultura, Jairo Carneiro, e a toda a equipe da Prefeitura Municipal de Feira de Santana que tiveram a coragem, a ousadia para fazer as mudanças necessárias, dialogando, conversando muito com todos os segmentos que participam, que ajudam a organizar essa festa. E isso tudo acabou dando muito certo e a Micareta de Feira de Santana foi um verdadeiro sucesso.

Eu tive oportunidade de acompanhar essa festa durante todos os dias desde quarta-feira, com a apresentação do tradicional Bloco Zero Hora. A Micareta foi encerrada hoje com uma grande festa, com um cantor de Feira de Santana, que tem feito muito sucesso no Brasil inteiro, que é Tiago Aquino.

Muita gente ajudou a essa festa. O governo do estado também teve a sua participação. O governador Jerônimo esteve em Feira, esteve presente em Feira em alguns dias, e participou, Sr. Presidente, da abertura da festa. Inclusive, aqui, eu faço também um registro muito positivo, tanto para o governador como para o prefeito também, porque há muitos anos, deputado Robinson, que nós não assistíamos a isso em Feira de Santana, esse tipo de civilidade em que o governador do estado e o prefeito da cidade participam, constroem, organizam e estão na abertura oficial da festa.

Então, fica, aqui, o meu registro de parabéns a todos os envolvidos, à prefeitura municipal, que nós sabemos que é quem realiza a festa, quem coordena a festa, quem executa a festa, mas nós sabemos também que se ela estivesse sozinha nessa caminhada talvez a festa não teria sido esse grande sucesso que foi.

Então, parabéns a todos e ao povo de Feira de Santana porque o povo foi para a rua com o espírito de paz, com alegria, com muito amor no coração e fez, de fato, uma grande festa.

Então fica, aqui, o meu registro, o meu agradecimento a todas as pessoas que trabalharam, diretamente ou indiretamente, a todos os artistas da cidade, aos blocos afros, a todas as pessoas que fizeram isso. A imprensa também está de parabéns. A imprensa cobriu a festa, deu ampla visibilidade à nossa cidade no estado, no Brasil inteiro. Então, a todos vocês também o nosso abraço e o meu reconhecimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido para o uso da palavra, por até 5 minutos, o nobre deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Meu boa-tarde a todos e todas.

Meu presidente, professor Zé Raimundo, o que me motiva neste momento é que há poucos dias aqui, nesta Casa, eu ouvi um discurso de um colega em que ele criticava os atos antidemocráticos acontecidos em 8 de janeiro. O que a gente tem vivenciado, o

que nós temos visto nos noticiários, até na *Globo News*, na *CNN*, o que a gente escuta sobre o que tem acontecido em noticiários internacionais é de dar, assim... eu não quero nem usar a palavra da vontade do meu coração. Eu quero dizer que é motivo de se envergonhar a gente ver um país tão maravilhoso como o Brasil sendo governado de forma tão medíocre como estamos sendo governados. O ministro do GSI, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, o ministro Gonçalves Dias, amigo e tido como sombra do presidente Luiz Inácio – foi ministro nos 8 anos dos mandatos anteriores e foi um dos primeiros indicados pelo presidente –, o ministro que cuida da vida pessoal, da segurança do presidente, da família do presidente, está coordenando uma bagunça, uma baderna, uma falta de respeito com o patrimônio público. Inclusive, outros noticiários provam a mentira do presidente, já que ele estava presente e logo em seguida foi para Araraquara, juntamente com o prefeito Edinho, fazer discurso que estava vendo o acontecido em Brasília pela televisão.

Gente, é coisa, assim, que não dá nem para entender como um governante, um homem que depois de uma vida, por duas vezes presidente da República, na sua vida chegou a estar preso, deu a volta por cima, voltou a ser presidente deste país, tem a capacidade, a coragem de coordenar uma bagunça! Isso envergonha o país. O outro ministro, Flávio Dino, dentro do seu gabinete, vivenciou, presenciou e viu tudo acontecer. E 2 dias antes a Abin informou o que estava previsto de acontecer. E mais de 1.500 policiais foram liberados para não participarem, para não estarem presentes. E o próprio GSI liberou a sua polícia! Não dá para entender como uma pessoa que foi escolhida pelo povo brasileiro para direcionar este país coordena um ato de vandalismo dentro dos prédios públicos. Ele recebeu este país para direcionar este país, para cuidar das pessoas, cuidar das pessoas que mais precisam, e toma essa atitude!

Eu ouvi as pessoas aqui discursando sobre os atos antidemocráticos. Eu quero ver essa CPI acontecer para que a gente possa ver como pessoas dessa índole governam este país.

Eu quero aproveitar, também, a oportunidade porque amanhã nós teremos aqui trabalhadores rurais, homens que fazem do campo o seu sustento e que vêm aqui para se manifestar, pedir o apoio a esta Casa. Uma das coisas que eu sempre falei aqui é que sou favorável à reforma agrária, sou favorável ao trabalhador do campo. Eu sou contrário a uma coisa que é o separatismo do trabalhador do campo, do trabalhador rural. Eu sou contra o separatismo. Eu sou contra a forma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que prega o MST, da invasão em que o cidadão tem que entrar com a arma, com o porrete, ou tem que entrar com a foice de forma bruta. E o estado tem que fazer valer a sua representatividade. É muito importante que o governador intervenha nisso para que, de forma ordeira, de forma responsável, nós possamos ter um trabalho no campo sem brigas, sem transtornos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e respeitando aquele que quer fazer do campo o seu sustento.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao nobre deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, amigos da imprensa que nos acompanham, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, primeiro, queria me associar às palavras do presidente Adolfo Menezes, em exercício no início desta sessão, que se manifestou em relação a diversos problemas, se assim podemos chamar, que acontecem em nosso estado e que inviabilizam diversos empreendimentos. E ele citou a instalação do hotel da rede Hilton no Comércio, o qual, depois de muita confusão, foi inviabilizado por conta da preservação de casarões que existiam naquela área e dos quais a grande maioria já veio abaixo. Quer dizer, não houve nem a preservação nem a instalação do empreendimento.

Depois, tivemos a possível instalação do grupo Vila Galé em Una, um projeto grande, audacioso que chegou a ser apresentado, também, em nosso estado e foi inviabilizado depois de muita discussão. Esse investimento acabou sendo transferido para o estado de Alagoas e já foi inaugurado, inclusive, um complexo hoteleiro com o investimento mais de R\$ 500 milhões.

Agora mais um problema ocorre em Cairu, com a discussão acerca de um empreendimento, também hoteleiro, naquela área. E vimos aqui alguns colegas atacarem, inclusive, órgãos do estado, a exemplo do Inema. E a gente, reforçando o discurso que foi feito na semana passada, parabeniza o Inema pela postura firme, pela posição firme, não cedendo às pressões políticas que envolvem essa discussão, inclusive pressões de outras instituições que, sem embasamento técnico nenhum, querem emitir opinião baseada em achismos, muitas vezes até baseados em opiniões de artistas, de cantores que não têm nenhum conhecimento técnico e querem dizer o que é que pode, o que é que não pode ser feito em nossa terra. E como disse o nosso presidente Adolfo, “a Bahia continua andando para trás”.

Mas, Sr. Presidente, subo a esta tribuna nesta segunda para reforçar o convite para o encontro que vai acontecer amanhã, o deputado Robinho já citou, dos produtores rurais, nesta Casa, para debater toda a problemática que envolve o produtor rural no campo. E dentre eles um problema que aflige toda a categoria e que está acontecendo em todo país, que são as invasões, e eu falo, desordenadas. O líder Rosemberg até brincou: “Já viu invasão ordenada?” Mas venho falar das invasões e trazer dados. Eu peço que os colegas estudem, que busquem informações, que vão ao campo, que vejam quem são as pessoas que estão invadindo.

O deputado Rosemberg, votado em Cairu, disse que na audiência pública – eu não posso confirmar essa informação porque não tenho voto lá – a grande maioria dos manifestantes sequer morava em Cairu, estavam aqui como massa de manobra. E é isso que nós vemos em muitas invasões.

Eu trago dados do próprio Incra, do seu Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária - Sipra, que a Bahia possui 699 projetos de assentamentos que

ocupam uma área de 2 milhões de hectares, e essa área tem a capacidade para assentar 60.818 famílias. Quer dizer, existe um hiato, existem vagas para 12.621 famílias em área que hoje pertence ao Incra. E pergunto: querem fazer reforma agrária? Existe a terra e vão invadir mais fazendas? Então, isso mostra que o movimento não está preocupado com reforma agrária, que são movimentos políticos.

Invadiram agora, recentemente, em Pernambuco, estado vizinho nosso, na cidade de Petrolina, duas unidades da Embrapa, uma empresa com 50 anos que produz tecnologia. E, aí, eu vou aqui subir e dizer que eles são negacionistas porque estão acabando com a tecnologia. Invadiram produções de mudas, de plantas e destruíram tudo. É isso que querem? Querem fazer reforma agrária? Se tem terra no Incra para mais 12.621 famílias, por que que não distribui?

E, aí, eu venho dizer que nos últimos 4 anos, num governo que é muito combatido aqui por colegas nossos,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foram distribuídos 27.488 contratos de concessão de títulos de terra e 1.300 títulos definitivos. Eu trago um dado: nos últimos 20 anos foram apenas 100 contratos de título definitivos, 100 contratos nos governos que nos precederam e que apoiam o Movimento dos Sem Terra.

Aí, eu pergunto: querem fazer reforma agrária dessa forma?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Tem terra, não distribui. Tem assentado, não dá o título. E vamos invadir! Invadir por quê? É isso que nós queremos entender, Sr. Presidente. É isso nós queremos saber para que a paz volte a reinar no campo e que os pequenos e os médios produtores, que muitas vezes são aqui ovacionados, que são os que produzem os alimentos, tenham as suas propriedades garantidas por lei de não serem invadidas, porque muitas das que estão sendo invadidas são dos pequenos e dos médios, como aconteceu recentemente, há 15 dias, quando uma pequena produtora rural teve a sua propriedade invadida.

É isso que eu trago, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito obrigado nobre deputado Tiago Correia.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Robinson Almeida.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu já tinha passado... Questão de ordem, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, pela segunda vez.... Infelizmente, na primeira vez, eu não tive a oportunidade de me contrapor à fala do deputado Tiago Correia. Mas desde a semana passada que um conjunto de inverdades têm sido ditas aqui, nesta tribuna, sobre a audiência pública que foi proposta e conduzida por este parlamentar, junto com o deputado Pablo Roberto, que é o presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos.

Inverdades que passam pela questão do conteúdo de que as falas foram feitas. Aliás, o deputado Tiago Correia, inclusive, não estava nem presente na audiência pública, mas ouviu dizer, pela palavra de outro deputado, que as falas foram falas sem fundamentos, não existiam dados científicos, e isso, Sr. Presidente, não tem qualquer correspondência com a realidade.

A nossa polêmica, a polêmica capital, ali, é se esse grupo privado, de fato, é proprietário do território. Aliás, não se vai fazer resort algum. Estamos chamando de resort. Mas a proposta principal é a da criação de um condomínio, repito, condomínio. Ele está se apropriando do território. Caso, de fato, aconteça...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado.

O Sr. Hilton Coelho: (...) se comprove o que todos os indícios estão mostrando, de que aquele é um documento precário, pois não existe escritura que dê, de fato, a propriedade para esse grupo privado. Isso não foi feito no achismo não, presidente! Isso foi feito através do deputado Tiago Correia, através...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado, este é um tema...

O Sr. Hilton Coelho: Só para concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Este é um tema que não dá para discutir em questão de ordem. O debate é em outro horário.

O Sr. Hilton Coelho: Não. Mas é porque é uma versão sobre a nossa audiência pública, Sr. Presidente, uma versão distorcida que está sendo feita e refeita, aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua a sua questão de ordem, nobre deputado.

O Sr. Hilton Coelho: Foram feitos estudos pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público Federal. Esses documentos foram apresentados nessa audiência pública.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Então, não é achismo nenhum. Muito menos, há o argumento de que as pessoas que estavam lá não eram do território. Isso é uma inverdade...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, nobre deputado. Digo isso porque esse é um tema a ser debatido, a meu ver, em horários específicos.

O Sr. Hilton Coelho: Que as pessoas que estavam lá...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, conclua.

O Sr. Hilton Coelho: (...) que as pessoas que estavam lá tinham lugar de fala como pessoas que vieram de famílias que moravam lá e de famílias que são famílias centenárias, ali, naquela região.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Então, eu acho que os deputados precisam ter mais responsabilidade e mais compromisso. Os deputados devem participar das audiências públicas para falar de um tema...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, colega, conclua nobre colega, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho... que é um tema que está despertando tantas paixões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, Marcinho.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, pela liderança do União Brasil, eu gostaria de pedir verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu já tinha concedido o tempo ao deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Meus 15 minutos?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu já tinha a concedido, viu Marcinho? Após, eu peço.

O Sr. Marcinho Oliveira: E me desculpe.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu já tinha concedido a ele o horário. Mas, logo em seguida, eu ponho a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, todos que acompanham esta sessão, subo a esta tribuna, hoje, para parabenizar o povo de Feira de Santana. A cidade viveu, deputados, nesses últimos 4 dias, uma das maiores festas de todos os tempos, qual seja, a tradicional micareta, com mais de 80 anos.

Eu estive durante 2 dias nessa cidade. Pude acompanhar a alegria do povo feirense em retomar os festejos da micareta, depois de 3 anos, devido à pandemia.

As atrações presentes na grade do Carnaval de Salvador tocam em todos os eventos, no país afora. Essas estavam lá, presentes, como Ivete Sangalo, Leo Santana, Claudinha Leite, Thiago Aquino e dezenas de artistas locais valorizados pelo movimento conjunto do governo do estado e da prefeitura de Feira de Santana.

A parceria deu certo para o povo de Feira, para a micareta, porque não só valorizou a cultura, mas também fomentou a economia do município nesses últimos 4 dias. Os hotéis estavam, completamente, lotados. Os restaurantes, no entorno do circuito, estavam muito movimentados. O comércio ambulante estava em grande performance de vendas.

Nós tivemos uma festa de paz, com poucos casos registrados de violência, sem nenhum tipo de vítima fatal durante a festa. Houve a atuação integrada da Polícia Civil, Polícia Militar e Departamento de Polícia Técnica. Conseguiu-se apreender, pelo regime de reconhecimento facial por câmara, cerca de 10 pessoas com mandado de prisão em aberto, totalizando um sucesso na área da segurança pública também, como o atendimento à saúde e às demandas.

Quero parabenizar, em especial, o governador Jerônimo Rodrigues, pois ele teve a atitude não só de investir 14 milhões na festa, mas de estar presente como governador, acompanhando os serviços públicos, participando, brincando, valorizando.

Também, aqui, quero aplaudir a cobertura das imprensas local, regional e de Salvador, pois deram grande visibilidade à micareta. Parabéns a todos. Mando um abraço ao deputado federal Zé Neto; aos vereadores Silvio e Ivamberg; a todas as lideranças políticas que contribuíram para o sucesso desse evento.

Sr. Presidente, eu também quero registrar a minha opinião contrária à instalação de uma comissão parlamentar para investigar as ocupações de terras pelo MST. Eu não

veja nenhum objeto determinado, desde que o estado tem promovido, dentro da lei, a reintegração de posse, quando solicitada à Justiça.

Bem, no fundo, no fundo, o que se quer, com essa CPI, é trazer e mascarar o debate ideológico para caracterizar se o povo pobre da Bahia, se o povo pobre do Brasil, que passa fome, que não tem acesso à terra, que não tem renda, tenha ou não o direito de viver com dignidade. Esta é a questão de fundo.

O Brasil é um dos únicos países do mundo que não foi feita uma reforma agrária. O Brasil faz uma concentração fundiária injusta, que faz com que poucos concentrem quase todo o território nacional e a maioria não tenha um pedaço de terra para cultivar uma horta, para produzir para agricultura familiar.

Aqui, não se está atacando a propriedade privada! Aqui, se está defendendo um direito que o brasileiro tem de ter acesso à produção. E sem a terra não se produz neste país. Eu creio que a gente deveria fazer o debate e a luta para unificar este Parlamento por uma reforma agrária, mantendo os direitos de quem tem a propriedade efetiva, porque muitos que reivindicam o direito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) são os grileiros notórios que ocuparam as terras. Agora, esses grileiros combatem as invasões, mas têm toda uma fragilidade para autenticar essas propriedades.

Então, do meu lado, eu estou a favor das ações que promovam a reforma agrária, e contrário a todas aquelas que violem o princípio legal.

Creio que a gente tem de conduzir este debate com muita serenidade, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Robinson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Tiago Correia, por favor.

O Sr. Tiago Correia: Como há um pedido de verificação de quórum, eu queria, por favor, que fosse aberto o painel para contar o tempo de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos, para a verificação de quórum.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, aproveitando a abertura do tempo de 15 minutos, eu queria, também, pedir uma questão de ordem, pois eu fui citado, nominalmente, pelo deputado Hilton.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Só para trazer luz às dúvidas levantadas, quando o colega menciona que eu trago dados sem ter informação, fiz questão de citar a fonte e o dia.

Afinal de contas, houve a informação de que os participantes daquela audiência pública não eram moradores de Cairu. Essa dúvida foi feita em Plenário pelo líder da Bancada da Maioria, Rosemberg Pinto, que participou daquela audiência.

Então, eu trago a informação, indicando a fonte e, inclusive, o dia. Foi a última sessão em que foi abordado o tema. Só trago à luz o tema para aqueles que não estavam presentes para saberem o que foi colocado. Mas qualquer um pode pegar nos Anais da Casa.

Falo que são muitas as conjecturas baseadas sem fundamento técnico nenhum. Vejam, o que eu vi na imprensa e ouvi nos corredores é que a Márcia, a superintendente do Inema, foi altamente criticada por conta de um parecer técnico. Afinal de contas, o Inema não disse que a propriedade é da União. Isso, não cabe a ela. Se a dúvida é essa, acho que não precisa nem de audiência pública. Façam um ofício à SPU para saber se a área é da União ou não. O que foi debatido ali? Foram questões técnicas de um órgão técnico, que emite um parecer técnico.

Então, a gente vê, aí, um bocado de sugestão, um bocado de papas, como eu falei, artistas e músicos, enfim, dando sugestão, dando parecer técnico, falando de ecologia, falando do ar, falando do vento, quando nunca, sequer, leram um livro.

É isso que eu trago, presidente.

Obrigado.

O Sr. Robinho: Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem.

O Sr. Robinho: Por favor, Hilton, eu estou falando aqui.

O Sr. Hilton Coelho: Eu estou pedindo questão de ordem.

O Sr. Robinho: Por favor, eu estou falando aqui, repito, eu estou falando. Espere eu terminar de falar.

O Sr. Hilton Coelho: Eu estou pedindo questão de ordem, apenas.

O Sr. Robinho: Eu estou falando. Espere eu terminar de falar.

O Sr. Hilton Coelho: Calma, você está muito nervoso.

O Sr. Robinho: Eu estou começando. Não estou nervoso, não.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente, também.

O Sr. Robinho: Eu estou usando...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na verdade, estamos já...

O Sr. Robinho: Nos 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A questão de ordem foi colocada. Estamos dentro do tempo de 15 minutos para ver se teremos número suficiente para a continuidade da presente sessão.

Na verdade, agora, por favor, os companheiros, melhor, os colegas deputados, querendo falar, vamos revezar.

Agora, será Robinho; depois, Hilton.

O Sr. Robinho: Eu estava usando a palavra, amigo. Seja educado. Você é um homem instruído, culto.

Bom, eu quero aproveitar, aqui, a oportunidade para comentar, usando as palavras do deputado Tiago, quando o deputado Tiago fala da importância da questão de reforma agrária. Eu sou favorável à reforma agrária.

Outra questão importante é com relação a analisar o que o MST já defendeu para legalizar aquele assentado. Eu nunca vi o MST brigar ou lutar para documentar, para legalizar alguém que está no campo, que está na terra, lá, trabalhando e produzindo. Eu nunca vi o MST buscar a documentação e a legalidade para alguém que está no campo.

Outra questão é a quantidade de legalização de quem está assentado. O governo do PT esteve e está, agora, à frente da administração do país e deste estado. Olhem a quantidade de pessoas assentadas que foram legalizadas através do título, para que ele possa, com dignidade, com o documento, lutar e trabalhar pelo seu sustento.

Outra coisa. Aqui, eu ouvi os deputados Rosemberg Pinto e Robinson falarem em reintegração de posse. Na realidade, na Bahia, existe a Comissão de Conflitos Fundiários, onde eu estive com o coordenador Josevando Souza Andrade, que foi indicado e publicado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Para mim, ele passou que não estão sendo cumpridas as reintegrações de posses pelo Governo do Estado da Bahia. Vamos verificar o que está acontecendo, de fato, ou seja, se o coordenador/desembargador Josevando ou se o líder do Governo está falando a verdade.

Digo isso porque a Bahia é um dos poucos estados do Brasil que tem um decreto que busca a reintegração de posse para o governo do estado. Trata-se da Portaria nº 41-CG/2016, que dispõe (lê) *“sobre diretriz para execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse coletiva em áreas urbanas e rurais”*.

Hoje, na Bahia, se o juiz ou a juíza dá uma reintegração de posse, essa reintegração de posse só é cumprida com autorização da Casa Militar. Quem coordena e comanda a Casa Militar é o governo da Bahia.

Então, é muito importante a gente ter essas reintegrações de posses, porque eu desconheço uma propriedade improdutiva que tenha sido invadida. Quero repetir. Sou favorável. Topo o diálogo que o colega Robinson falou, qual seja, o de defender a reforma agrária, uma reforma agrária respeitosa, que o governo do estado vai coordenar, o governo do estado vai investir, vai dar o documento para o cidadão, o cara humilde. Eu não gosto da palavra pobre. Eu gosto da palavra humilde, do trabalhador do campo que, com seu suor, com seu sustento, vá produzir e trazer dignidade para sua família.

Então, eu queria pedir ao governador Jerônimo para ele assumir esse problema, para que nós possamos usar aquelas mais de 12 mil áreas de terras que o Incra tem, para, ali, ocupar ou assentar essas pessoas em várias outras terras improdutivas.

Sou favorável a isso, colega, agora, de forma coordenada pelo governo, não por um órgão que sequer tem um CNPJ.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinho.

Passo a palavra ao deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Presidente, ainda sobre a polêmica de Boipeba, eu acho que nós vamos viver muito esta polêmica, nesta Casa, continuar vivendo até que a gente tenha uma resolução. Quero eu que seja, melhor, desejo, vivamente, que seja a favor das comunidades tradicionais.

Mas o argumento que o deputado Tiago Correia trouxe não tem sentido, Sr. Presidente, porque ele diz que a avaliação do Inema foi uma avaliação técnica. E parte da avaliação técnica que o Inema tem que fazer é da propriedade do imóvel.

Aí, alguém pode dizer, como disse também o líder Rosemberg... Infelizmente, eu estou sendo obrigado a desconfiar de muitos argumentos do deputado Rosemberg, líder do Governo, porque ele diz que o Inema considerou o documento que o grupo econômico apresentou no seu processo; que não é objeto do Inema fazer análise em relação à legitimidade da documentação.

Tudo estaria bem se o Ministério Público Federal não tivesse feito um alerta ao governo do estado, ao Inema, de que aquelas terras, melhor, todos os indícios são os de que essas terras são de propriedade da União.

Então, o Inema não foi ingênuo, pois ele foi avisado tanto pelo Ministério Público Federal como pela Defensoria Pública da União de que estudos, estudos científicos – mais uma vez, reiterando, não se trata de achismo nenhum – os estudos feitos por esses dois órgãos respeitadíssimos sinalizavam, de maneira muito evidente, que aquele território é de propriedade da União.

Portanto, o Inema não poderia... O Inema obteve as informações para não cometer o erro de licenciar um imóvel que a possibilidade da sua construção é em um território que não é de propriedade daquele grupo privado.

Então, da mesma forma que o deputado vem, mais uma vez... Já ouvi dizer, sim, que ele precisaria estar na audiência pública para dizer que as pessoas que, ali, estavam participando não eram moradores da comunidade. Isso é uma inverdade. Se o deputado quiser checar, ele tem todas as possibilidades, antes de assumir esse microfone, a meu ver, de maneira irresponsável.

Deve-se olhar o que foi a audiência pública. As pessoas se identificavam como moradores de Cova da Onça e das demais comunidades que fazem parte do território de Boipeba e, ali, do Território do Baixo Sul. Todos se identificaram. Inclusive, vieram com camisas representando os diversos movimentos. Então, não existe nenhuma dúvida de que o grosso daquele público, ali, é das pessoas que estão, diretamente, envolvidas com a situação.

Eu queria dizer, também, deputado Robinho, ainda aqui presente, que a situação do latifúndio, essa situação de terra improdutiva no nosso país, portanto, que não está cumprindo a sua função social, essa situação é, institucionalmente, reconhecida, de maneira incontestável. Não é por outro motivo que a nossa Constituição proíbe a realidade de terras improdutivas. A terra precisa ter uma função social pela nossa Constituição, porque o problema é real.

O Brasil é o segundo país que mais concentra posse da terra no mundo. E como o deputado vem dizer que não conhece um terreno ou uma propriedade improdutiva ocupada pelo MST? Essa é a regra, qual seja, propriedades improdutivas, sem cumprir a sua função social, não são exceções. Sr. Presidente, V. Ex.^a sabe disso. Isso é a regra na área rural do Brasil.

Portanto, eu não entendo a afirmação do deputado, muito menos essa afirmação de que não vê o MST brigando pela titulação. A principal bandeira do MST é a titulação das terras para aqueles que precisam trabalhar nelas, em função, inclusive, que o

movimento não faz invasão. Ele faz a ocupação das terras improdutivas. Se faz isso, justamente, para chamar a atenção e garantir que os assentados possam ter o seu título de propriedade, também, e produzir livremente.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte. Quem produz e coloca comida, na mesa do povo brasileiro, são, justamente, os pequenos produtores. Não são as empresas internacionais, as multinacionais do agronegócio. Vejam, 70% produzidos, para a mesa do brasileiro e da brasileira, são resultados da agricultura familiar. Portanto, justamente, esse público que hoje está tentando plantar está com dificuldades. Portanto, esse público que hoje está tentando plantar está com dificuldades, justamente, pela situação da ditadura do latifúndio neste país.

pela situação da ditadura do latifúndio neste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.

Não havendo número suficiente de deputados em Plenário, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Fabrício Falcão, Júnior Muniz, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Patrick Lopes, Penalva, Ricardo Rodrigues e Vitor Bonfim. (12)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.